

PROVINCIALISMOS EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX

Victor Carreão

(Universidade Estadual de Campinas - Mestre)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
Mestre e, atualmente, doutorando em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

RESUMO	ABSTRACT
Na passagem do século XIX para o XX, os livros de gramática ganharam espaço como instrumento de normatização linguística. No caso da língua portuguesa, o modelo adotado como referência era a variedade linguística de Portugal – ainda que este idioma fosse falado em diferentes países de colonização portuguesa. Em alguns desses instrumentos linguísticos, é comum encontrarmos a expressão “provincialismo”, mesmo para se referir à variedade linguística de Portugal. Neste trabalho, buscamos verificar as relações de sentidos estabelecidas por esse termo em quatro gramáticos brasileiros: Julio Ribeiro (1881), Carneiro Ribeiro (1890), Maximino Maciel (1894) e João Ribeiro (1920). Para tanto, em uma perspectiva da História das Ideias Linguísticas, levantamos: (i) conceituação de provincialismo; e (ii) exemplos de traços linguísticos tidos como de províncias em específico. As ocorrências identificadas mostraram que marcas linguísticas que diferiam da capital portuguesa eram classificadas como provincialismos, portanto a variedade linguística de Lisboa era o modelo de língua que as gramáticas analisadas tinham como base.	In the passage from the 19th century to the 20th, grammar books gained space as an instrument of linguistic normalization. In the case of the Portuguese language, the model adopted as a reference was the linguistic variety of Portugal - even though this language is spoken in different Portuguese colonization countries. In some of these linguistic instruments, it is common to find the expression "provincialism", even to refer to the linguistic variety of Portugal. In this work, we seek to verify the relations of meanings established by this term in four Brazilian grammarians: Julio Ribeiro (1891), Carneiro Ribeiro (1890), Maximino Maciel (1894) and João Ribeiro (1920). For that, from a perspective of the History of the Linguistic Ideas, we aim on observing: (i) the conceptualization of provincialism; and (ii) examples of linguistic forms from these specific provinces. The occurrences found show that linguistic marks that differed from the Portuguese capital were classified as provincialisms, therefore the linguistic variety from Lisbon was the model which the analyzed grammars had as a basis.

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
história das ideias linguísticas; gramáticas; provincialismos	history of linguistic ideas; grammar books; provincialisms

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em uma história da linguística¹, podemos ter como ponto de partida a reflexão de Auroux (1992) sobre três importantes revoluções tecnolinguísticas: (i) a invenção da escrita; (ii) a gramatização massiva (com o Renascimento europeu); e (iii) a informática. A primeira delas é, como sintetizada por Rodríguez (2011), centrada na escrita:

A escrita teria sido o resultado e a culminação da própria revolução urbana, em estreita relação com as necessidades de contabilidade e de gestão de uma estrutura política burocratizada de tipo estatal, caracterizada por fatores tais como o adensamento do habitat, a existência de índices de organização quase industrial do trabalho, a construção de arquitetura monumental (cf. Liverani 2006; Cavigneaux 1989). (RODRÍGUEZ, 2011, p. 201)

Podemos associar o desenvolvimento da escrita com a urbanização e a necessidade de controle/registo do que é produzido pelas indústrias. É na criação das cidades e na necessidade de uma tecnologia voltada a melhores métodos administrativos da vida urbana que as primeiras escritas se desenvolvem. Fischer (2009) aponta que sistemas mnemônicos (ferramentas de memória) eram utilizados em formas de nós, entalhes, pictografias, símbolos escritos, fichas de argila, entre outros, de forma a manter um registo administrativo e contábil eficiente da vida de várias sociedades em algum processo de urbanização. Porém, foi a escrita alfabética que pode acelerar e melhorar a gestão urbana de forma mais eficaz.

A segunda revolução tecnolinguística é caracterizada pela gramatização: “[...] por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65). Diferentes línguas foram gramatizadas ao longo da história, sendo que boa parte dessa instrumentalização linguística ocorreu durante um processo de urbanização. Já a terceira revolução - a informática - diz respeito à contemporaneidade. Neste trabalho, voltamos nossa atenção à segunda revolução tecnolinguística e a um de seus instrumentos: a gramática. Em especial, analisaremos algumas gramáticas do português escritas por autores brasileiros.

¹ Esse artigo é fruto de um trabalho final realizado na disciplina de História das Ideias Linguísticas no Brasil, no segundo semestre de 2018, ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Ana Cláudia Fernandes Ferreira no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Todo o conteúdo aqui apresentado é de minha inteira responsabilidade.

No final do século XIX – e no começo do século XX – alguns gramáticos discorrem, em suas obras, sobre as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal ou sobre as diferenças linguísticas próprias ao espaço brasileiro. Um dos modos pelos quais essas diferenças são discutidas pelos gramáticos é pela nomeação de "provincialismos". Esse termo se refere a algumas especificidades linguísticas de diferentes regiões dos territórios português e brasileiro, fazendo o registro de formas linguísticas consideradas à margem do que seriam as boas práticas linguísticas. Das gramáticas brasileiras² do período entre 1850 e 1950, são feitas as seguintes menções em relação a provincialismos:

- 1) A *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1881, p. 72), com uma menção ao "provincialismo insulano";
- 2) Os *Serões Gramaticaes*, de Carneiro Ribeiro (1890, p. 839), com uma seção intitulada "Capítulo XVII: Dos Idiotismos, Brazileirismos, Provincianismos";
- 3) A *Grammatica Descriptiva*, de Maximino Maciel (1894, p. 399), em uma subseção intitulada "Os dialectos portuguezes";
- 4) A *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro (1920, p. 299 e p. 304), com uma menção a "vícios prosódicos e provincialismos".

As províncias, dos títulos dessas gramáticas, são definidas como províncias em relação a quê? Como todas as obras acima fazem menção a províncias, é necessário entender o que caracteriza esse tipo de região e quais propriedades linguísticas estão associadas a um "provincialismo". Também é esperado que uma forma linguística de uma província, por oposição, não seja encontrada em uma região não classificada como tal. Em tese, toda e qualquer cidade, ou vila, ou freguesia, está inserida em um estado, ou província, ou distrito – conforme a organização jurídico-administrativa do território de um país. Logo, toda a especificidade linguística poderia ser considerada um "provincialismo", uma vez que está dentro de uma província/estado/distrito. No entanto, as relações de sentido não são lógicas, mas ideológicas. Nossa hipótese inicial é de que as relações de sentidos sobre as palavras "provincianismos" e "provincialismos" (aqui entendidas com o mesmo efeito de sentido) estejam funcionando com base em uma dicotomia "cidade vs. campo" e em um possível prestígio advindo da relação destas áreas com a escrita - como já é apontado em outros trabalhos (ver RODRÍGUEZ, 2011). Nosso objetivo, aqui, é verificar como o "provincialismo/provincianismo" é sustentado nos trechos das gramáticas mencionadas acima e buscar dados e informações, no período entre 1850 e 1950, que possam auxiliar na verificação do prestígio atribuído a cada província no que se refere ao

² A gramática de Coelho (1891), de origem portuguesa, por outro lado, não faz menção a qualquer divisão provincial ou dialetal.

uso da escrita.

1 POR DENTRO DAS GRAMÁTICAS

Diferentes gramáticos apontam exemplos de provincialismos em suas gramáticas. Em algumas obras, o termo é conceituado e encontramos uma definição explícita sobre ele. Em outras, existem apenas exemplos de traços linguísticos que são encontrados em determinadas províncias. Buscamos, nas gramáticas a seguir, por esses dois momentos: (i) conceituação de provincialismo; e (ii) exemplos de traços linguísticos tidos como de províncias em específico. Além dessas duas características, também observamos as ocorrências do termo “província”, de forma a verificar o que é considerado uma província para cada autor. Dessa maneira, é possível verificar, nos lugares usados como exemplos, se há diferenças entre o urbano e o rural, por exemplo.

Vejamos, nos itens a seguir, o que é dito em quatro gramáticas brasileiras.

1.1 A GRAMMÁTICA PORTUGUEZA DE JULIO RIBEIRO (1881)

Pensando nas menções a diferentes províncias, na folha de rosto de sua gramática, Ribeiro (1881) assina seu endereço como da "Provincia de S. Paulo". A menção à província de S. Paulo é feita em diferentes momentos de sua obra, sempre apontado para usos da fala por seus habitantes, como pode ser visto em:

Na **província** de S. Paulo, especialmente na zona do oeste, ha um uso extranhissimo e absolutamente contrario a este: supprime-se artigo e adjectivo possessivo com os nomes pae e mãe, ainda mesmo fallando-se em ausência, ex.; MÃE não quer que eu case — PAE deu-me hoje um cavallo. (RIBEIRO, 1881, p. 231. Grifos nossos)

Como mencionado ao início dessa seção, buscamos, em um primeiro momento, apontar a conceituação de “provincialismo”. Essa definição não é feita por Julio Ribeiro (1881) explicitamente, como veremos a seguir, mas encontramos o que nos propusermos a observar, em um segundo momento: exemplos de formas linguísticas tidas como específicas de determinadas províncias. Ribeiro (1881) aponta a província de que está falando e, em seguida, detalha um pouco a variedade de fala de seus falantes. Por exemplo, em outro trecho, destaca: “[...] antigamente dava-se geralmente o mesmo uso com o pronome da segunda pessoa; ainda hoje nesta **província** (S. Paulo) os velhos fazendeiros, conservadores tenazes dos hábitos fidalgos de seus avós, usam de tal tractamento em relação aos inferiores a quem votam affecto” (RIBEIRO, 1881, p. 244. Grifos nossos). Em outra menção mais curta, aponta diferentes regiões como províncias:

“em algumas **províncias** do Brazil, como Bahia, Minas, não duplica-se, ex.: «NÃO posso, não. Não dou, não»” (RIBEIRO, 1881, p. 298. Grifos nossos). Em outra citação mais longa, diz:

Era Sorocaba, cidade da **província** de S. Paulo, que uma feira annual de bestas punha sempre em contacto com Orientaes e Gorrentinos, e onde a linguagem é ainda sensivelmente acastelhanada, tal locução é usadissima; ouve-se a cada passo; «Entre no mais—Tire churrasco NO MAIS — Ensilhe NO mais o matungo » isto é «Entre, não MAIS; entre sem cerimonia — Tire churrasco, NÃO mais; sem mais preâmbulos — Ensilhe o matungo, não mais; nada mais tem a fazer sinão ensilhar o matungo. A existencia da locução no dialecto sorocabano só pôde ser devida á influencia castelhana. (RIBEIRO, 1881, p. 315. Grifos nossos)

Em termos de divisão do espaço, as províncias, no texto de Julio Ribeiro, correspondem a regiões que hoje são chamadas de Estados. De fato, província era a nomeação administrativa dessas regiões naquele período. Em uma seção destinada ao emprego dos artigos, Ribeiro (1881, p. 225. Grifos nossos) destaca diferentes usos do artigo definido. O subitem de número 5, "aos substantivos proprios", é dividido em 11 alíneas e traz outros exemplos que corroboram essa visão. Na alínea c, lê-se: "de **províncias** e de divisões analogas, ex.: <<O Ceard - O Minho - O Yorkshire - As Boccas do Rhodano >>". Este trecho é importante, pois dá mais exemplos do que o autor entende por "províncias", exemplificando-as. A menção ao "provincialismo" é realizada em apenas um momento de sua obra:

No Portuguez do século XV e XVI, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo homem usado como pronome indefnido. El-rei D. Duarte, traduzindo o tratado De modo Confitendi de S. Thomaz de Aquino, traz: «Porém nom pôde homem têr-se que alguma cousa não diga. A phrase latina era: «Haec tamen tacere non valeo. É ainda hoje popularissima na fôrma de home, e no **provincialismo insulano** «heme». (RIBEIRO, 1881, p. 72. Grifos nossos)

Em Ribeiro (1881), não há uma conceituação do que é provincialismo, apenas encontramos o exemplo acima sobre determinadas formas linguísticas encontradas em uma região específica. Há, contudo, exemplos do que o autor entende por “província”. A ideia de que a província seja um local rural pode ser questionada: “Ha mais dous sons distintos banidos hoje do uso da gente culta: dje, tche. Os caipiras de S. Paulo pronunciam djente, djogo. Os mesmos e também os Minhotos e Trasmontanos dizem tchapéo, tchave” (RIBEIRO, 1881, p. 11). Para o gramático (RIBEIRO, 1881, p. 293), os caipiras são fiéis aos usos arcaicos da língua, o que é comum à gente do povo. Há uma diferença entre “São Paulo” e a “província de São Paulo” que nos mostra que a província, para Julio Ribeiro, é um estado ou território maior que abrange diversas cidades.

São Paulo funciona, metonimicamente, como "província de S. Paulo". Ao lado disso, há uma distinção entre caipiras e gente culta, sendo os caipiras aqueles que não vivem na capital, diferente da gente culta. Há uma questão decisiva da urbanização aqui, trazida nas delimitações espaciais de alguns trechos:

- 1) "Na província de S. Paulo, especialmente na zona do oeste" – a zona oeste é justamente o interior da província;
- 2) "Era Sorocaba, cidade da província de S. Paulo" – Sorocaba é uma cidade do interior da província.

Junto disso, há também uma delimitação temporal: o provincianismo vai sendo significado como algo do passado. O estabelecimento desse sentido para "provincianismo/provincialismo" é observado nos recortes feitos, mostrando uma relação espacial e temporal. Vejamos o que dizem outros gramáticos.

1.2. OS *SERÕES GRAMÁTICAS* DE CARNEIRO RIBEIRO (1890)

A obra de Carneiro Ribeiro (1890) é a que mais contém informações sobre provincialismos. Pensando nas ocorrências de "província" em sua gramática, Carneiro Ribeiro (1890), ao abordar as "origens históricas, fortuitas ou alusivas" de diferentes vocábulos, cita diferentes exemplos de palavras associadas a províncias:

- A palavra "bretanha": Tecido de linho muito fino, fabricado antigamente na Bretanha, província de França, e hoje de diversas procedências (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 218);
- A palavra "cachemira": "Tecido de seda, originário de Kaschmir, capital de unia província do mesmo nome no reino de Labore" (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, pp. 220-221);
- A palavra "sabinada": "nome que se dá a um movimento revolucionário na antiga província da Bahia. De Sabino, chefe desse movimento" (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 230).

Carneiro Ribeiro (1890, p. 275) também traz, em sua seção sobre substantivos, exemplos de nomes de províncias: "ás nações, províncias, cidades, localidades e seus habitantes: a Allemanha, a Inglaterra, o Brazil, o Japão, o Maranhão, o Ceara, o Recife, Pelem, Londres, Paris, a Bahia, os Americanos, os Brasileiros, os Ingleses, Paulista, Coimbra, Algarvio, Minhoto, Beirão".

Estes primeiros exemplos de províncias remetem à mesma ideia apresentada por Ribeiro (1881): "província" equivale, em termos de espaço e território, a Estado. Outro

trecho, desta vez sobre o "accento oratorio", associa o "accento provincial" às províncias:

Alem desses tres accentos principaes dislingue-se o accento nacional, chamado também provincial ou local. Este é constituído pelas inflexões de voz particulares a uma nação, a uma província ou parte della. Cada paiz, cada província, algumas vezes até cada cidade, tem seu accento particular. (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, pp. 44-45)

A província é definida, aqui, em relação a um espaço ou a parte desse espaço. A definição de "provincialismos", ou "o falar de uma província", começa a ser construída em um trecho em que Carneiro Ribeiro (1890, p. 232) conceitua os termos "língua" e "dialeto":

Lingua é a linguagem articulada de um povo ou de uma nação. Idioma é a linguagem considerada em relação a seus idiotismos, á singularidade de seu vocabulário e de sua syntaxe, a tudo o que, em fim, tem essa lingua de especial e original.

Dialectos são as variantes de um mesmo typo de linguas. Modificando-se no tempo e no espaço, uma mesma lingua apresenta formas distintas, conforme as circumscrições territoriaes com que se falla e constitue assim diversas outras linguas ou dialectos.

E completa:

Em sua marcha evolutiva pode um dialecto avantajarse aos dialectos congéneres e afluis com que entra em concorrência, os quaes, desmedrando e desfallecendo, passam então a ser modos especiaes de fallar tosco e grosseiro, **limitados aos habitantes de uma província**, dialectos puramente fallados e não escriptós, sem litteratura, que lhes guarde e perpetue as formas. (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 232. Grifos nossos.)

Os exemplos sobre provincialismos podem ser contrastados, na obra do autor, com "dialetos". Enquanto os dialetos, para o autor, são variantes da língua, os provincialismos são variedades de fala limitadas aos habitantes das províncias. Assim, para este gramático, A diferença de um dialeto e de um provincialismo é associada ao espaço geográfico. Na evolução dos dialetos para línguas, o autor cita os "dialectos portuguezes" e especifica-os: "Dentre os dialectos da lingua portugueza, distinguem-se o gallego, o indo-portuguez, fallado na capital de Ceylão e em Malaca, o creòlo, na Africa portugueza, e o mirandez, em Trás-os-Montes" (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 233).

Os exemplos de formas linguísticas encontradas em províncias podem ser encontrados no capítulo XVII, "Idiotismos, Brasileirismos, Provincianismos", em que Carneiro Ribeiro (1890, p. 845) traça a seguinte definição: "Provincianismos ou

provincialismos são modos de falar particulares a uma província ou a uma circunscrição maior ou menor de um paiz". O gramático também ressalta que estes provincialismos são vistos de maneiras distintas em Portugal e no Brasil, citando como exemplos (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 845-846):

- a) O Minho: com a transformação do [o] e [u] longos em vogais nasais e a permuta do [b] e [v];
- b) O Algarve: com a troca do [i] pelo [e] e com o alteamento da vogal pré-tônica;
- c) Coimbra: intercalação de [i] para evitar hiatos;
- d) A Beira: transformação do ditongo [ou] por [oi], ressaltando que "os habitantes da própria capital portuguesa não se isentam de provincianismo";
- e) Na Bahia: a lateral palatal [ʎ] é reduzida a [l];
- f) No Pará: inversão entre o [o] e [u], e vice e versa;
- g) No Rio de Janeiro: vogais átonas finais abertas;
- h) Em São Paulo e no Rio Grande do Sul: vogais átonas finais fechadas.

Para Carneiro Ribeiro (1890), o provincialismo existe até mesmo nas capitais e nas grandes cidades, mas são traços linguísticos típicos de determinado Estado da nação. Como nos mostra o recorte na alínea d, acima, "os habitantes da própria capital portuguesa não se isentam de provincianismo", podemos verificar que há uma delimitação de sentidos que significa provincialismo como algo que não é da capital. Também pudemos observar que "dialetos" e "provincialismos", para o gramático, ambos estão associados a formas linguísticas de determinados falantes, em determinadas regiões.

Vejamos, a seguir, se exemplos e/ou definições de outros dois gramáticos são similares a essas.

1.3. A GRAMMÁTICA DESCRIPTIVA DE MAXIMINO MACIEL (1894)

A gramática de Maximino Maciel (1894) é a que menos apresenta os termos "províncias" e "provincialismos". A definição de "provincialismo" é observada no único destaque dado por Maciel (1894, p. 423) às províncias, encontrado em um trecho em que aponta que "[...] a accentuação local ou sotaque assignala-se pela inflexão prosódica própria aos individuos de um Estado ou provincia". Para o autor (p. 399-400), existem quatro dialetos portugueses:

- a) O galego: falado na Galliza, com usos antigos cristalizados na linguagem;
- b) O açoriano: falado na região dos Açores;
- c) O indo-portuguez: falado na India Portuguesa, com muitos termos ingleses e dinamarqueses;

d) O brasileiro: em que se podem ver "processos de construção irregular", cuja dialeção teria "mais se desenvolvido no sul do que no norte".

Para Maciel (1894), os dialetos não necessariamente se associam ao espaço geográfico/espacial de uma província. O próprio território brasileiro, em sua totalidade, é apontado como uma área dialetal, ou uma grande província – mas sem exemplos de formas linguísticas. A divisão que parece operar, aqui, é da metrópole portuguesa vs. as colônias/províncias.

Vejamos, por fim, no próximo tópico, um quarto gramático e o que ele diz sobre provincialismos.

1.4. A *GRAMMATICA PORTUGUEZA* DE JOÃO RIBEIRO (1920)

A obra de João Ribeiro (1920) também não se estende muito ao mencionar “províncias” e “provincialismos”, mas traz, diferente de Ribeiro (1881) e Maciel (1894), uma definição para “provincialismo”. Ao comentar sobre as “leis fonéticas”, Ribeiro (1920, p. 299) destaca alguns exemplos de erros gramaticais. Um deles, o Reforço, é assim mencionado: “Nesta classe entram certos vícios prosódicos e provincialismos, como a confusão tumultuária do b e v em boda, voda, bespa, vespa, cobarde, covarde, taberna, taverna. etc.” e ainda cita dois outros casos, como a “substituição do l por r nos grupos consoantes” e “o reforço das contínuas, x - ss”. Outro caso mencionado por Ribeiro (1920, p. 304) é a “Epithese ou paragoge”, que consiste da “adição de sons no fim do vocábulo. É rara na língua escrita, porém freqüentemente observada nos provincialismos e entre os vícios prosódicos”. A permuta de [b] e [v] é apontada por Carneiro Ribeiro (1890) como um provincialismo da região do Minho, no norte de Portugal. Os vícios prosódicos são, dessa maneira, vistos como formas de provincialismos.

Como exemplos de formas linguísticas, o gramático traz uma lista em que destaca os “provincialismos na prosódia portuguesa” observados nos falantes (RIBEIRO, 1920, p. 309-310):

- a) No Minho: o som do “qu” e do “gu”, bem como os ditongos nasais: “num quero”, no Minho, e “nã quero” em Lisboa;
- b) Na Beira: ch soava como tx;
- c) No Porto: permuta de b e v;
- d) No Minho e em Traz os Montes: confusão na escrita do s ou z quando entre vogais;
- e) Em Traz os Montes: permuta de b e v, com predomínio do primeiro;
- f) No Entre-Douro, Minho e Beira: inserção de [y] entre dois a's (a-y-agua);
- g) Em todo Portugal: omissão da pronúncia do [e] depois do “l”;

- h) No Alemtejo e Algarve: ditongo [eu] muda em [ei];
- i) Na Madeira: intercala-se o a antes das terminações ôo, ôa;
- j) No Brasil: o [s] final não soa como [x], visto em Portugal. Mais de um acento em cada palavra (abertura das vogais). Supressão do [r] final. Vocalização do [ʌ] em [i]. Pronúncia acentuada dos pronomes oblíquos átonos. Cita a rima de "mãe" com "também" como uma marca do português lusitano dos séculos XV e XVI (também registrada por Silva Neto (1970, p. 614) e observada no Brasil).

João Ribeiro faz uma divisão de provincialismos similar à de Carneiro Ribeiro (1890), ao apontar as províncias lusitanas e as marcas linguísticas de seus moradores, e à de Maciel (1894), ao colocar o Brasil como um todo como uma área de provincialismos. Sua definição de provincialismo como vícios prosódicos nos é de grande valia para melhor entender essa classificação. A seguir, uma síntese do que foi observado nas gramáticas nos permite traçar considerações sobre a classificação de determinados dialetos como típicos de províncias.

2 SEMELHANÇAS ENTRE AS GRAMÁTICAS

Um quadro comparativo das quatro gramáticas analisadas anteriormente nos permite verificar o que é considerado por “província”, para cada autor, e os exemplos de províncias citados em suas obras. Em itálico, estão destacadas as províncias que são citadas em mais de uma gramática:

Quadro 01: Definição de provincialismo e exemplos de províncias nas gramáticas analisadas.

Autores	Definição de provincialismo	Exemplos de províncias nos textos
Julio Ribeiro (1881)	Não há definição	<i>São Paulo; Bahia; Minas; Ceard; Minho; Yorkshire; Boccas do Rhodano.</i>
Carneiro Ribeiro (1890)	Modos de falar particulares a uma província ou a uma circunscrição maior ou menor de um país	Bretanha; Kaschmir; <i>Minho; Algarve; Coimbra; Beira; Bahia; Para; Rio de Janeiro; São Paulo; Rio Grande do Sul.</i>
Maximino Maciel (1894)	Não há definição	Galliza; Açores; Índia Portuguesa; Sul do Brasil.
João Ribeiro (1920)	Vícios prosódicos	<i>Minho; Beira; Porto; Traz os Montes; Entre-Douro; Alemtejo; Algarve; Madeira; Brasil.</i>

Fonte: Adaptado de Ribeiro (1881), Carneiro Ribeiro (1890), Maciel (1894) e Ribeiro (1920).

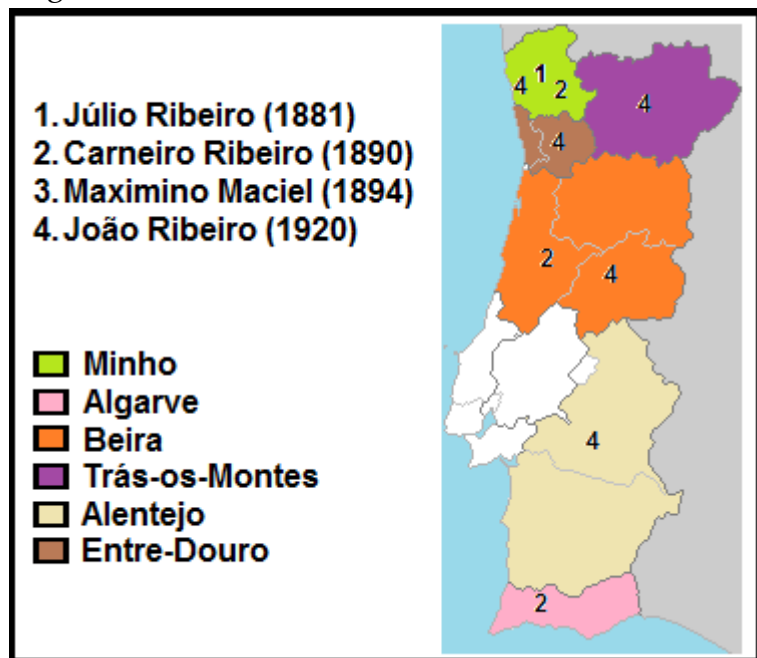
Apenas Carneiro Ribeiro (1890) oferece uma explicação detalhada para “provincialismo”: *modos de falar particulares a uma província ou a uma circunscrição maior ou menor de um país*. João Ribeiro (1920) não traz uma definição explícita sobre o que é o provincialismo, mas faz menção a “vícios prosódicos”. É possível realizar uma paráfrase com as duas definições: provincialismos são *vícios prosódicos* particulares a uma província ou a uma circunscrição maior ou menor de um país. Os sentidos temporais e espaciais do que seria uma província, para esses autores, permite a realização dessa paráfrase.

Pensando nas províncias citadas em cada obra, Carneiro Ribeiro (1890) cita Coimbra como uma região em que provincialismos podem ser observados. Chama a atenção o fato de Coimbra (situada na província da Beira) ser uma cidade, e não uma província como seus outros exemplos sobre Portugal. O mesmo vale para a menção da cidade do Porto (na província do Entre-Douro), feita por João Ribeiro (1920) – justamente porque o provincialismo pode ser significado como uma circunscrição menor de um país (menor do que uma província). Outra menção a “provincianismo” que não diz respeito a uma província propriamente dita é quando Maciel (1894) e Ribeiro (1920) apontam o Brasil como uma região em que vícios prosódicos são observados. Ao compararmos essas menções, é possível construir um mapa que mostra uma oposição entre “provincianismos” e “não-provincianismos”, como veremos a seguir.

3 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PROVÍNCIAS NAS GRAMÁTICAS

Se as regiões citadas como exemplo constituem as regiões, em Portugal e no Brasil, em que os falantes cometem “vícios de prosódia” que não são comuns, uma análise das regiões sobre as quais não se fala mostra, por eliminação, em que lugar utiliza-se a “língua padrão”. Em Portugal, por exemplo, de acordo com os gramáticos estudados, as províncias em que vícios prosódicos são observados são:

Figura 01: Províncias portuguesas em que são observados vícios prosódicos de acordo com as gramáticas.



Fonte: Elaborado pelo autor (o contorno do mapa, sem as legendas e cores, é de Wikipedia (2018)).

Por oposição aos provincialismos citados nas gramáticas, a região em branco, acima, que corresponde às províncias da Estremadura e Ribatejo: a região cujos falantes não cometeriam provincialismos. Essa é a região em que a capital Lisboa está situada. Por que essa região é tida como aquela em que é observada a língua das gramáticas? Uma visão histórica pode lançar luz sobre essa questão.

Durante a Idade Média, "[...] nove povoações detinham o estatuto de cidade: Braga, Porto, Viseu, Lamego, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves" (LEITE, 2014). Estas cidades eram sedes de Diocese, possuíam posições estratégicas para a defesa do território, grande concentração populacional e atividade comercial. Entre 1070 e 1900, Leite (2014) ainda destaca que havia 34 cidades no território português (Braga seria a cidade mais antiga, fundada no ano de 1070). Destas, apenas Lisboa – elevada à capital portuguesa, pela segunda vez, em 1834, após o término da Guerra Civil Portuguesa – está na região em branco de nosso mapa (acima). Em outras palavras, não podemos dizer, como havíamos esboçado ao início desse artigo, que o uso de “provincialismos” seria uma oposição entre o urbano e o rural. Há uma oposição sendo construída, mas não é necessariamente esta. As diferentes cidades espalhadas em solo português auxiliam nesse entendimento. Pensar na demografia das cidades pode trazer algumas pistas.

Em 1864, as cidades do Porto (província do Douro), Lisboa (província da

Estremadura) e Braga (província do Minho) eram, nessa ordem, as três cidades mais populosas do país. Em 1911, Lisboa, Porto e Coimbra (província da Beira) eram as três maiores cidades, também nessa ordem (Instituto Nacional de Estatística, 2016). A questão que fica é por que Lisboa, das três regiões mais populosas, é a cidade que está na região que foi tomada como modelo de língua padrão nas gramáticas? Voltar nosso olhar para Lisboa é uma maneira de entender o aparente prestígio linguístico que a ela é atribuído.

Das gramáticas aqui analisadas, a de Carneiro Ribeiro (1890) é a única que traz informações interessantes sobre o prestígio lisboeta e sua trajetória e história em relação à língua. Sabe-se que, no ano de 1290, a mando do rei D. Dinis, foi fundada em Lisboa a primeira universidade portuguesa. Em 1308, a universidade foi transferida para Coimbra (ENGENHEIRO, 2009). Outros acontecimentos mencionados por Carneiro Ribeiro (1890) merecem destaque:

- a. O mercado tipográfico português inicia-se em Leiria e Lisboa: "logrou influencia poderosíssima no movimento litterario desta época e conseguintemente no desenvolvimento da lingua a invenção da imprensa. Em 1470 vê Portugal o seu primeiro estabelecimento typographico, estabelecido em Leiria; depois em 1481 em Lisboa; dez annos mais tarde em Braga" (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 187). Leiria e Lisboa estão situadas na província da Estremadura, e Braga na província do Minho;
- b. A fundação da academia real de ciências toma lugar em Lisboa: fundada em 1780, a Academia Real das Sciencias de Lisboa, por iniciativa do Duque de Lafões, "é seu primeiro pensamento a organização de um dicionario da lingua portugueza, cujo primeiro volume sai á luz em 1793, com o titulo de (*sic*) Dicionario da lingua portugueza da Academia Real das Sciencias de Lisboa" (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 195).

Com tecnologias que permitiam a impressão de documentos, os primeiros passos para a produção em massa de instrumentos linguísticos (como gramáticas e dicionários) foram dados. Junto a essa possibilidade, a instituição de um órgão para pensar a normatização linguística torna a região de Lisboa em uma espécie de berço de gramáticos. A tipografia tem papel central na normatização linguística. Para Burke (2004, p. 96, tradução nossa³), as primeiras editoras tinham a preocupação de "[...] garantir que cada som fosse registrado na escrita de uma única maneira". Em um primeiro momento, podemos pensar que a escrita não teria, necessariamente, ligação com o que era falado, com uma clara divisão entre "escrita e oralidade". Contudo, Burke (2004, p. 109, tradução

³ They tried to ensure that every sound was rendered in writing in just one way.

nossa⁴) chama a atenção para o fato de que “[...] a prática de leitura em voz alta contribuiu, em longo prazo, em trazer a língua falada próxima à escrita”. Assim, o prestígio das casas tipográficas é observado conforme o número de publicações começa a crescer em Portugal.

Ainda pensando nas publicações de livros e em seus autores e autoras, na seção destinada à Lexicologia (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, pp. 196-202) é feita uma lista com a minibiografia de grandes escritores portugueses que ocupam, no século XIX, lugar eminente na história literária lusitana.

Chama-nos a atenção a seguinte maneira de descrevê-los: de um total de 31 autores mencionados, apenas sete aparecem com o local de nascimento (de todos, fala-se do ano de nascimento e de morte, bem como de uma pequena lista de obras ilustres, mas não se fala do local de nascimento e desenvolvimento literário desses escritores). Cinco autores nasceram em Lisboa e ali desenvolveram sua carreira literária: Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo; Luiz Augusto Rebello da Silva; Camillo Castello Branco; Manoel Pinheiro Chagas; Ernesto Biester. As outras duas menções são feitas a um autor nascido na província do Minho, Francisco Gomes de Amorim, e a outro nascido no Porto, Ramalho Ortigão.

Por que há a omissão dos locais onde os outros autores viveram, mas isso não ocorre, em específico, para os lisboetas? O que observamos é um destaque para Lisboa, a cidade em que livros e escritores eram produzidos. O que nos leva a outra pergunta: quem eram os leitores da época? Quem lia estes autores?

Em Portugal, o número de analfabetos era grande: “Em 1878, 82,4%; em 1890, 79,2%; em 1900, 78,6%” (RIBEIRO, 1999, p. 189). Diferentes ações foram tomadas através dos anos a fim de modificar esses números. A primeira delas foi, de acordo com Ribeiro (1999), a criação de Gabinetes de Leitura, permitindo aos leitores alugar livros. Esses gabinetes eram divididos em dois tipos: os Gabinetes de Leitura e os Gabinetes de Associações Culturais e Profissionais. Ribeiro (1999, p. 193) destaca, ainda, que até 1824 funcionava apenas um Gabinete de Leitura em Lisboa, subindo para três após 16 anos. É entre as décadas de 70 e 90 do século XIX que são criadas as bibliotecas populares e privadas e o número de Gabinetes passa a aumentar. Sobre aquelas, Ribeiro (1999, p. 196) destaca que muitas haviam sido instaladas em Coimbra, por conta da universidade.

Já Lisboa aparece como o principal centro de leitores no século XIX:

Apesar de o número de leitores em Lisboa totalizar cerca de 59%, em relação ao total nacional de leitores (como indicativo, considere-se, em 1883, 11.020 e, em 1910, 102.098), na última década do século XIX, uma certa descentralização ocorre

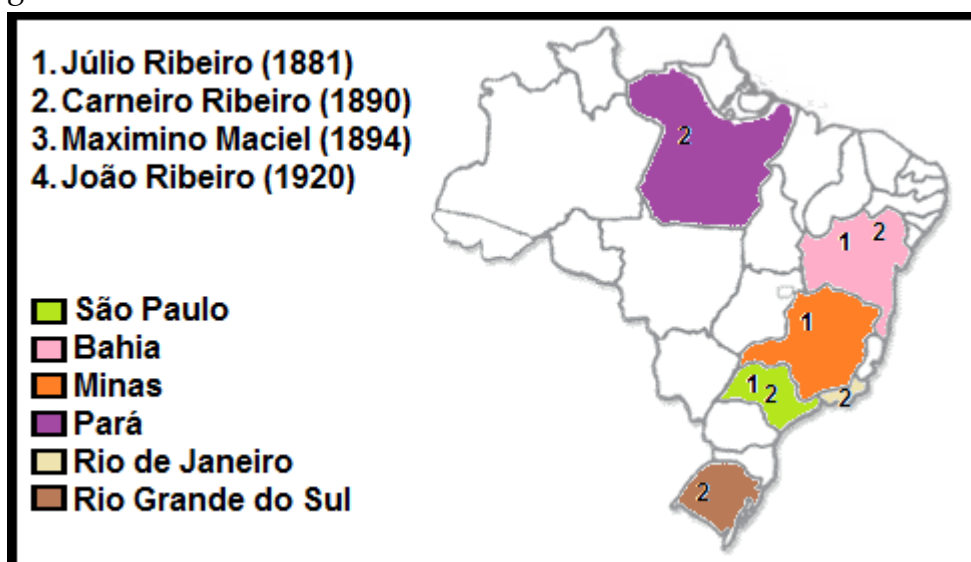
⁴ a second wave of standardization affected the spoken language. Its chronology is more difficult to establish, but it seems that the common practice of reading aloud contributed in the long term to bringing the spoken language closer to the written.

já e salienta-se um notório florescimento do movimento da leitura nas bibliotecas da província. As dificuldades de comunicação e a centralização do poder político e cultural impedira, todavia, uma maior diversificação. (RIBEIRO, 1999, p. 198)

A descentralização dos movimentos pela leitura só passa a acontecer na virada para o século XX, época em que são escritas as gramáticas que aqui analisamos. A criação de escolas de primeiras letras, neste mesmo período, e o aumento demográfico da população são fatores que auxiliam, de acordo com Ribeiro (1999), esse movimento de expansão da leitura. A região de Lisboa é uma das que mais cresce demograficamente na virada do século. A cultura da leitura em Portugal ajuda a explicar o porquê da classificação dos provincialismos pelas terras lusitanas: Lisboa seria o centro letrado de Portugal e deveria ser um exemplo a ser copiado e espalhado pelo resto do país.

Vimos a maneira pela qual o espaço geográfico está associado à criação de instrumentos linguísticos em Portugal. A menção às províncias portuguesas e os comentários acerca dos autores lisboetas mostraram o estabelecimento de sentido para aproximar ou distanciar determinadas variedades de língua da capital. É possível pensar nesse mesmo processo de leitura das gramáticas (em busca dos sentidos estabelecidos pelo termo “provincialismo/provincianismo” e “províncias”) que se referem ao Brasil. Em relação aos provincialismos apontados pelas gramáticas no território brasileiro, temos:

Figura 02: Regiões brasileiras em que são observados provincialismos de acordo com as gramáticas.



Fonte: elaborado pelo autor (o contorno do mapa, sem as legendas e cores, é de Itajahy (2009)).

Parece-nos que a definição de provincialismos nos dois países segue critérios divergentes: em Portugal, refere-se ao prestígio de Lisboa e, no Brasil, refere-se às áreas de

que se tinha conhecimento das formas linguísticas usadas (e que, como em todo território, divergiam das formas linguísticas do português lusitano; por conta disso há a classificação de João Ribeiro (1920) de que todo o Brasil seria uma área de provincialismo). Isso é observado apenas em João Ribeiro. Nos outros autores brasileiros, aos poucos passava a funcionar, naquele momento, uma delimitação espacial e temporal para provincialismos nas províncias do Brasil.

Em Portugal, observamos a importância da tipografia para a impressão e circulação de obras literárias – que resultaram, posteriormente, na criação dos Gabinetes de Leitura. Para que houvesse a circulação de textos, era necessário que a população soubesse ler. Dessa maneira, podemos pensar na alfabetização como um fator importante. Pensando no analfabetismo no Brasil, veremos que o cenário não era muito diferente de Portugal na época:

Tabela 01: Analfabetismo em diversos estados do Brasil – recenseamento de 1906.

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	DE 1.000 HABITANTES	
	SABIAM LER	ERAM ANALFABETOS
ALAGOAS	200	800
AMAZONAS	321	679
BAHIA	228	772
CEARA	218	782
DISTRITO FEDERAL**	519	481
ESPIRITO SANTO	269	731
GOIAS	218	782
MARANHAO	254	746
MATO GROSSO	270	730
MINAS GERAIS	256	744
PARA	300	700
PARAIBA	168	832
PARANA	239	761
PERNAMBUCO	193	807
PIAUI	173	827
RIO DE JANEIRO	231	769
RIO GRANDE DO NORTE	204	796
RIO GRANDE DO SUL	326	674
SANTA CATARINA	257	743
SÃO PAULO	247	753
SERGIPE	247	753
TOTAL	254	746

Fonte: Bomeny (2003, p. 02).

Os dados acima estão disponíveis em Brasil (1916). No Brasil, de acordo com Alves Filho (2011, p. 01), a primeira tipografia particular foi inaugurada em 1821, na Bahia. Até então, apenas a produção de livros feita pela Impressão Régia (instalada por D. João ao fugir para o Brasil, em 1808) era permitida. Ainda para Alves Filho (2011, p. 01), ao questionar a professora Márcia Abreu sobre o Brasil do século XIX, as pesquisas mostram

que "identificar quem lê e saber como se lê [nessa época] continua sendo um grande mistério".

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar as ocorrências dos termos "província" e "provincialismo" nas gramáticas aqui analisadas nos auxiliou em dois momentos: primeiro, mostrou que, enquanto a palavra "província" se refere a uma divisão jurídico-administrativa do território, o mesmo já não ocorre com "provincialismo/provincianismo"; segundo, mostrou que, em Portugal, a variedade de fala das províncias se contrapõe à variedade de fala de uma província em específica. A avaliação do senso comum de que provincialismos estão ligados a províncias e, conseqüentemente, toda variedade de fala seria um provincialismo é posta em cheque no momento em que a região em que se situa Lisboa não aparece, nas gramáticas analisadas, significada dessa maneira.

É nesse não dito sobre Lisboa que reside a maior pista para melhor entendermos o rótulo do provincialismo: o prestígio linguístico da variedade de fala lisboeta se firma com a expansão tipográfica e cultural liderada pela cidade. Tal assertiva é observada na maneira pela qual Lisboa é mencionada na gramática de Carneiro Ribeiro (1890), com uma lista de autores portugueses em que os lisboetas recebem maior destaque. Os provincialismos, assim, afastam as variedades de fala de um centro normativo formado pela fala lisboeta, como se todos os outros dialetos gravitassem a seu redor: sendo uns mais detalhados, como a fala do Minho, enquanto aqueles mais desconhecidos eram colocados todos sob a mesma classificação.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, M. **200 anos de história do livro no país**. *Jornal da Unicamp*, 27 nov. 2011. Ano XXV, nº 514. Disponível em: <
http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2011/ju514_pag67.php >. Acesso em 18 out. 2018.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BOMENY, H. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- BRASIL. **Diretoria Geral de Estatística**. *Estatística da Instrução*. Primeira parte: *Estatística Escolar*, v.1, 4 seção, 1916.
- BURKE, P. **Languages and Communities in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge U.P., 2004.

CARNEIRO RIBEIRO, E. **Serões Gramaticaes ou Nova Grammatica Portugueza**. 1ª ed. Bahia: Imprensa Popular, 1890.

COELHO, F. A. **Noções elementares de grammica portugueza**. Porto: Lemos, 1891.

ENGENHEIRO. **A fundação da primeira universidade em Portugal teve a colaboração do reitor de S. Leonardo**. Cabo Carvoeiro Memórias, 25 set. 2009. Disponível em: < <http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.com/2009/09/fundacao-da-primeira-universidade-em.html> >. Acesso em 14 out. 2018.

FISCHER, S. R. **História da escrita**. São Paulo: Unesp, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Portugal**: população total e número de habitantes. 2016. Disponível em: < <http://censosdeportugal.blogspot.com/2016/09/112-numero-de-habitantes-por-concelho.html> >. Acesso em 12 out. 2018.

ITAJAHY, D. A origem dos nomes dos estados do Brasil. **Ciclo Natural**. 15 nov. 2009. Disponível em: < <https://ciclonatural.wordpress.com/2009/11/15/a-origem-dos-nomes-dos-estados-do-brasil-2/> >. Acesso em 12 out. 2018.

LEITE, I. **Rede e sistemas urbanos em Portugal**. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/seculoXXI/rede-e-sistema-urbanos-em-portugal2> >. Acesso em 12 out. 2018.

MACIEL, M. **Grammatica descriptiva**. Rio de Janeiro: Typ. De Pazo & C., 1894.

RIBEIRO, J. C. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**: Curso Superior. 19ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

RIBEIRO, M. M. T. Livros e Leituras no século XIX. **Revista de história das ideias**. v. 20, 1999.

RODRÍGUEZ, C. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a Cidade na História das Línguas e das Ideias Linguísticas. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas: IEL/Unicamp, v. 53, p. 197-217, 2011. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/viewFile/2010/1579>

SILVA NETO, S. **História da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

WIKIPÉDIA. **Trás-os-Montes e Alto Douro**. Disponível em: < https://www.google.com.br/search?tbm=isch&sa=1&ei=yMvAW8SeEIT5wgTbqYf4Cw&q=mapa+provincias+portugal+wikipedia&oq=mapa+provincias+portugal+wikipedia&gs_l=img.3...102353.108618.0.108833.18.13.5.0.0.0.129.1276.0j11.11.0...0...1c.1.64.img..2.1.128...0i30k1j0i8i30k1.0.ZyD11c8_kV1#imgsrc=T_4bhRs-WUAXBM: >. Acesso em 12 out. 2018.



Título em inglês:
**PROVINCIALISMS IN BRAZILIAN GRAMMAR BOOKS IN THE
TURN OF THE 19TH CENTURY TO THE 20TH**

INVENTÁRIO